

SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

COMUDA/SP

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DROGAS E ÁLCOOL

XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 01 de Setembro de 2015.

Sala de Reuniões – Galeria Olido – 8º andar, Centro – São Paulo/SP.

Presentes:

MEMBROS TITULARES E SUPLENTE: CRISTINA MARIA VISCOME (SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL); LEDA SUELI DE ARRUDA MARTINS (SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO); EUCLIDES CONRADIM (GUARDA CIVIL METROPOLITANA); LEONARDO PENAFIEL PINHO (ASSOCIAÇÃO INCLUI MAIS); FERNANDA VALENTE SCHULTZ (INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE); RENATO DEL SANT (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO); INES LAFER (RDE PENSE LIVRE).

CONVIDADOS E OUTROS PARTICIPANTES: MARIO DANTAS (CONSELHO GESTOR CAPS-USUÁRIO); ALCIONE MORENO (FUNDAÇÃO PORTA ABERTA); VINICIUS ALAFAIA (CAPS AD SÃO MATEUS); JOSELIA MATIAS (CAPS AD SÃO MATEUS); LUANA CYPRIANO (CAPS-AD PENHA); LUCAS VOLPI (PROJETO OFICINAS); EDNA ROSA (CRATOD); VINICIUS ATALAIA (CAPS-AD SÃO MATEUS); KELLY COUTO (CRATOD); RAQUEL CARVALHO (CRATOD); MAURO SPINOLA (FUNDAÇÃO PORTA ABERTA).

PAUTA:

- Organização da COMPAD

A Sra. Maria Angélica abre a reunião perguntando se alguém quer adicionar algum ponto à pauta.

O Sr. Leo Pinho pede a palavra para dar um informe. Segundo ele, a situação na região de Parelheiros virou uma ação civil público, feita pela defensoria, contra a Comunidade Terapêutica. Houve uma reunião entre os CAPS-AD da região sul. A defensoria quer que os CAPS vão às comunidades para verificar a condição das pessoas, porém isso gerou um desconforto, pois legitimaria o fluxo de pessoas para as comunidades. A segunda idéia é chamar uma conversa para pactuar um relatório avisando sobre o sumiço/retorno de pessoas por conta das comunidades terapêuticas. Há relatos de violações de DH e mínima condição de

funcionamento. Ex.: comunidades na beira da represa, com animais, entulhos... situação difícil. Outro ponto é uma interferência na dinâmica dos projetos... não é somente em Marsilac, Parelheiros, mas também na beira da represa e em campo limpo. O nome Comunidade Terapêutica é usado por diversas clínicas, mas nenhuma tem convênio e há de tudo, desde as que tentam se aproximar da legalidade a simples depósitos de pessoas. Os profissionais de saúde estão preocupados, pois é fato que essas instituições estão nos territórios. Não há uma orientação de como lidar com essa situação no dia a dia e os profissionais de saúde ficam perdidos em como lidar, pois há escutas de violações de direitos (tortura, ameaça e etc) e a interrupção do projeto terapêutico singular. A coordenadoria sul quer dar uma orientação. Não adianta ter uma posição formal em relação às CT, sem saber lidar com elas no dia. reunião mobilizou os gerentes e equipe técnica da coordenadoria sul.

Sr. Mario Dantas: o usuário fica vulnerável nessa situação, pois ele não sabe onde realmente está recebendo o cuidado.

Sr. Leo Pinho: a maior preocupação é que tanto usuários quanto os profissionais da ponta são prejudicados. Às vezes os usuários são levados a força para as CT's, que deve ter autorização médica e comunicação ao ministério público, mas na prática há empresas terceirizadas que fazem os "resgates" a força com brutamontes. As Comunidades Terapêuticas não admitem esse "resgate", pois ele é ilegal. Os órgãos que podem tomar decisões têm que saber com antecedência para poder atuar. A idéia é, com o profissional da ponta sabendo como proceder, a ação ser mais perto.

Sra. Fernanda Schultz: e esse fluxo vai ser só na Sul?

Sr. Leo Pinho: esse procedimento está sendo discutido na Sul, mas temos que ver se há outras demandas para poder agir em outras regiões. Seria interessante provocar e falarmos com a Myres, pois ela tem uma decisão muito incisiva e já visitou os convênios que havia. Deixar claro esses procedimentos, por exemplo, internação involuntária que não foi comunicada ao MP é ilegal, se não tem posicionamento do pessoal de saúde esta também ilegal.

Sr. Renato Del Sant: o CAPS ele tem uma competência para avaliação da parte técnica, terapêutica. O que você descreveu não é instrumento de CAPS, é de violação de direitos humanos, coisa de ANVISA. Pois dessa forma dá passaporte para que o caps faça uma avaliação técnica e passe por cima de todas as violações que eles fazem.

Sr. Leo Pinho: isso já aconteceu em outro momento, que uma juíza disse não ter profissionais de saúde para avaliar e tem que, por exemplo, pedir para um profissional de saúde. Ai o CAPS tem que dispor de profissionais de saúde, que já são poucos, para ir avaliar as Comunidades Terapêuticas.

Sra. Fernanda Schultz: não faz sentido o CAPS ir.

Sr. Renato Del Sant: qual a posição da ANVISA?

Sr. Leo Pinho: a ANVISA vai fechar. Qual o problema quando eles vão sozinhos? Eles fazem uma avaliação estrutural (infra-estrutura e etc.). Ela não tem preocupação, por exemplo, em o que fazer com os usuários.

Sr. Mario Dantas: os usuários vão ficar a deriva.

Sr. Leo Pinho: exatamente. O que estamos tentando fazer é conseguir que o MP e os profissionais de saúde vão juntos. Ver se o COMUDA pode fazer uma conversa e averiguar se há em outras regiões.

Sra. Joselia Matias: na nossa região já vivemos isso que você esta falando agora. Vimos com ANVISA, que era uma situação degradante (fezes, ratos e etc.) diante da denuncia a ANVISA acionou nosso CAPS, que eu trabalho, e fizemos uma avaliação previa de direcionamento de usuários. Havia uma situação política envolvendo isso, pois já existiam denúncias há mais de 6 anos. Conseguimos redirecionar os usuários para CAPS. Houve uma resolutividade de acordo com a necessidade dos usuários.

Sr. Mario Dantas: os processos às vezes demoram muito.

Sr. Leo Pinho: somente para não transformar o assunto em pauta, podemos conversar depois, pois todos pediram ajuda para compreender e lidar com essa situação. Podemos trazer e avaliar e vermos se fazemos uma ação de município.

Sra. Maria Angélica: informe sobre a conversa com a associação parceria contra as drogas. Eles pediram uma atualização de “utilidade publica” para poder renovar tivemos que fazer uma visita na associação e tivemos uma conversa com a psicóloga que esta a frente.

Sr. Leo Pinho: a conversa foi em torno de possibilidades de negocio, a pauta foi essa, quase não falamos sobre drogas. Foi do tipo: eu preciso disso para fazer o convenio com X, tenho apoio da empresa A, B C e etc. queriam oportunidades.

Sra. Maria Angélica: situação foi difícil, a psicóloga disse que não “existe recaída em tratamento de drogas”, a psicóloga queria abrir uma moradia assistida. Explicamos que em moradia assistida às vezes há processos de recaída. Ela trouxe um discurso dizendo que não poderia contribuir com o município pra nada, pois as propagandas que faziam eram de total abstinência. É uma instituição que esta há bastante tempo no mercado, fazem anúncios e cadernos. Nesses cadernos tem uma rede de pessoas que atendem usuários (laranjeiras, seletiva)

Sr. Leo Pinho: o que eu fiquei preocupado é com a avaliação dos profissionais, independente de posição, que dão aval para este tipo de distribuição, que é uma empresa de publicidade que vê um nicho de mercado para fazer propaganda contra drogas. Não há um tipo de trabalho clínico somente captação de recursos com empresas privadas e isenção de impostos. Eu achei que a conversa sobre publicidade estava melhor do que a conversa sobre drogas.

Sra. Maria Angélica: emitimos um relatório desfavorável a utilidade pública. Já tinha um relatório da SMADS e da saúde que eram desfavoráveis, mas não eram pautadas na técnica e sim na vigilância sanitária e que não era uma instituição de assistência social. Chegou para o COMUDA e assessoria para fazer essa vistoria técnica.

Sr. Mario Dantas: teoricamente não temos tanto poder legal para esse tipo de ação. O que devemos fazer? Se unir mais? Os usuários se unirem mais?

Ma: nos cadernos até que te umas informações coerentes, mas essa imagem sensacionalista de fazer propagandas em cinemas que mostram os usuários como zumbis é errada.

Usuários: eu sei que é algo que tem jeito. Eu vivi e vi amigos que vivem essa situação. O que podemos fazer para tirar isso do ar?

MA: conseguimos tirar esse do ar.

Usuário: mas outros apareceram. E muitas vezes utilizam dinheiro do próprio usuário.

Ma: o que podemos fazer é sempre que vemos uma instituição no temas de drogas, fiscalizar e ir atrás.

[] Leo: ficou claro que há um mercado bem consolidado, com financiamento dessas campanhas, que criam uma boa imagem para as empresas que apóiam. Falar dessa forma irresponsável ainda gera dividendo.

Usuário: por preguem a não recaída muitos empresários e outros leigos apóiam, mas as recaídas acontecem. Sem recaída é um milagre.

MA: no dia 11 de agosto realizamos uma reunião extraordinária referente a conferencia municipal. Vou contar um pouco o que discutimos nessa reunião pensando na estrutura da conferencia. Discutimos que diferente dos eixos temáticos trabalhados na ultima conferencia ficaríamos focados aos eixos de territórios, direitos e redução de danos. A questão dos territórios é muito importante. Entendemos que a política de drogas também tem haver com esporte, direito a cidade, lazer. É justamente o que nhá, além dos equipamentos de saúde, nos territórios que as pessoas que vivem La podem acessar. O Leo falou de mapear.

Leo: a idéia era fazer uma dinâmica que estimulasse a participação das pessoas, inclusive os usuários. No debate de álcool e drogas não temos um protagonismo dos usuários nesse processo. Ai tem que ter uma metodologia que favoreça essa participação. Se ficarmos discutimos termos técnicos acaba inibindo a participação. Temos que dar condições de acesso. Ver como os usuários, freqüentadores de caps. Usam os equipamentos da cidade e onde encontram dificuldades. Ex: problemas de saúde que nada tem haver com drogas madnamos pra caps ad, clubes da cidade, quadras de futebol e etc. para termos na municipal um quadro mais efetivo de como esta essa situação nessas regiões e podemos constatar coisas para criar uma estratégia. Elaborar esse mapa. Como não há disputa de legados podemos aproveitar o tempo e produzir sínteses de escuta, abrindo uma possibilidade de atuação diferente tanto do Comuda quanto para aas políticas públicas.

Fernanda: ver o que também, a sociedade civil esta produzindo em cada região. mapear parceiros, entidades.

MA: temos as datas das pré conferências fechadas. (pegar datas) e já fechamos o céu casa blanca. Estamos na negociação com alguma universidade perto do metro para termos salas para discutir os eixos.

Leo Pinho: o Hotel Braxton tem vagas. Temos que ver se tem convenio com a secretaria. Há auditório para uma quantidade suficiente de pessoas.

MA: foi feita a cotação do coffee break, contando almoço e etc. o almoço virou algo estratosférico. Deu mais de 120 mil reais só de almoço. Ficaria inviável realizar o evento. O que conseguimos; coffee break a tarde e de manhã e disponibilizamos ônibus para levar as pessoas em algum local para almoço. (na conferencia)

Leo: tem um grupo que trabalha com o CAPSad que faz coffee break. Se conseguirmos um ofício, eu posso falar com a secretaria de trabalho. Acho interessante eles fazerem algum coffee break. Sobre o ofício para alguém fazer o mapeamento e tudo que você sabe que não vai conseguir com a SMDHC você coloca no ofício e eu tento convencer as secretarias. Ex. coffee pré conferencia, material de comunicação, gráfica,

Raquel: conversamos com os trabalhadores e pensamos que a pré do centro poderia ser no Cratod. Seria melhor se fizemos a conferencia antes de outubro, pois vai ter uma reforma lá. Se não eu tento adiar a reforma.

MA: centro fica 20/10 e ZL 11/11. Podemos definir os locais da zona leste. Ceu São Rafael (gerente do caps) e Ceu Jambreiro (Conradim)? Pode ser?

Leo: proposta de mobilização. Se quisermos chegar aos usuários podemos falar com os Caps ad. Então precisamos fechar uma estratégia de mobilização, conseguir transporte.

MA: agora pra ZS: já temos o céu casa blanca fechado e agora precisamos de outro local. (leda vai conversar com Sergio da educação questão de transporte) e céu caminho do mar (smdhc). ZO: estação ciência (SMDHC), céu peramarmelo, tendal da lapa. ZN: CCJ cachoeirinha (Fernanda).

Nathalia: o grupo do COMUDA se divide para atender todas as pré-conferências. Eu, por exemplo, fiquei na do centro e fizemos uma mesa de 2 ou 3 pessoas, mas o contexto era diferente do atual. Não havia uma diretriz das políticas publicas de RD e queríamos fazer isso. Fizemos uma avaliação da gestão anterior e demos diretrizes para a gestão atual. A idéia é que o pessoal do COMUDA faça o papel de facilitadores.

MA: precisamos apreender a metodologia da construção do mapeamento. Temos que fazer um GT para quem vai construir essa metodologia.

Facilitadores: Claudio loureiro e Maria Angélica (ZS 1 e 2), Cristina Viscome e Nathalia (centro), Fernanda e Lucas Volpi (ZN), Inês e Leda (ZO, Leo Pinho e Vinicius (ZL 1 e 2)

MA: estratégias de divulgação. Podemos usar o mesmo serviço? Sim podemos, vamos adiantar dizem todos. A idéia é fechar todos os locais em uma semana (dia 9). E o texto norteador? Angélica e Nathália fazem o texto norteador. Vamos marcar uma reunião extraordinária para quarta feira (9 de setembro) no É de Lei. Vamos mandar hoje o endereço e a convocação para a reunião extraordinária.

Cristina Viscome INFORME: não vamos chamar de descentralização do DBA, que é um programa específico do CENTRO. Então por conta disso não vai se chamar de DBA descentralizado. Já temos as seis regiões, a SMADS ganhou um projeto da SENAD e passamos como um serviço no Conselho de assistência social. Vai ser de abordagem mais a saúde com os trailers e isso vai estar ligado ao programa crack é possível vencer federal. Nas regiões que formos caminhando vamos poder seguir para a fase 2. Vai ser diferente do DBA. Temos um serviço tipificado da assistência e o consultório na rua.